



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
VIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA 2ª ETAPA

Cuiabá – Mato Grosso, 25 de abril de 2004

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. Não destaque a ficha de identificação.
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torna-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões após decorridas 02 (duas) horas.
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito da prova será afixado na portaria do Edifício Sede do TRT 23ª Região e na Internet www.trt23.gov.br no domingo.

COMISSÃO DE CONCURSO

DIREITO DO TRABALHO

01 - Examine as proposições abaixo, respondendo:

I - A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão, empregador e empregado, ficam desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato, enquanto que na interrupção, o empregador deve remunerar o empregado não obstante a inoccorrência de prestação de serviço.

II - A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão o empregador deve remunerar o empregado, não obstante a inoccorrência de prestação de serviço, enquanto que na interrupção, ficam empregador e empregado desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato.

III - Dentre os efeitos jurídicos da suspensão do contrato de trabalho encontram-se os seguintes: manutenção do vínculo contratual, prazo para o retorno ao serviço e perda das vantagens atribuídas à categoria do empregado em convenção coletiva de trabalho, durante o período suspenso.

IV - Na suspensão disciplinar os efeitos jurídicos no contrato de trabalho perduram por 30 dias, no máximo. Ultrapassado este lapso temporal, por iniciativa do empregador, este responderá pela rescisão injusta do contrato de trabalho.

- a) Se apenas as proposições II e IV estão corretas;
- b) Se apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- c) Se apenas as proposições I e III estão corretas;
- d) Se apenas as proposições I e IV estão corretas.
- e) Se apenas a proposição IV está correta.

02 – Pelo princípio da norma mais favorável, aplicável ao direito do trabalho, havendo duas ou mais normas jurídicas trabalhistas sobre a mesma matéria, será hierarquicamente superior, e portanto aplicável ao caso concreto, a que oferecer maiores vantagens ao trabalhador, dando-lhe condições mais favoráveis. Todavia, esse princípio possui exceções. A saber:

I - Na hipótese das leis proibitivas do Estado.

II - Quando a norma decorre de negociações coletivas para dar atendimento a situações emergenciais.

III - Nas cláusulas normativas que cedem à necessidade de flexibilização, pactuando resoluções transitórias de direitos dos trabalhadores.

IV - Quando o conflito de leis ocorrer entre a norma de origem profissional e norma estatal, hipótese em que prevalece esta.

Responda:

- a) Todas as opções acima atendem ao enunciado em questão;
- b) Somente a opção IV não atende ao enunciado da questão;
- c) Somente a opção I atende ao enunciado da questão;
- d) As opções I e II atendem ao enunciado da questão, enquanto que as opções III e IV não atendem ao enunciado da questão;
- e) Nenhuma das opções atende ao enunciado da questão.

03 – Os empregados de uma empresa têm um ótimo tratamento por parte de seus empregadores. São eles digitadores e gozam do benefício de intervalos de dez minutos a cada noventa minutos trabalhados. Acontece que a empresa resolveu melhorar a condição de tais intervalos, prorrogando-se em mais 5 minutos, para que o repouso seja maior. Em compensação, estabeleceu o empregador que haverá um acréscimo na jornada de trabalho no final do dia, em tempo correspondente ao períodos de intervalos totais usufruídos.

Diante do que foi narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Todo o tempo dos intervalos concedidos deverá ser remunerado como horas extraordinárias;
- b) Só os cinco minutos concedidos a mais serão remunerados como horas extraordinárias;
- c) Não haverá pagamento de horas extraordinárias, tendo em vista que houve compensação de tempo de intervalo;
- d) Devido apenas o adicional incidente sobre os minutos excedentes;
- e) Devido o pagamento de forma simples dos minutos excedentes, sem o adicional.

04 - Não terá direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

- a) Deixar o emprego e não for readmitido dentro de 90 dias subseqüentes à sua saída; permanecer em gozo de licença, com percepção de salários por mais de 30 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos; tiver faltado ao trabalho mais de 30 dias;
- b) Deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; permanecer em gozo de licença, com percepção de salários por mais de 30 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos; tiver faltado ao trabalho mais de 32 dias;
- c) Permanecer em gozo de licença, com percepção do salário, por mais de 30 dias; tiver faltado ao trabalho mais de 30 dias; deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 dias subseqüentes à sua saída;
- d) Tiver faltado ao trabalho mais de 36 dias; deixar o emprego e não ser readmitido dentro de 60 dias subseqüentes à sua saída; permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de 60 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos.
- e) NDA

05 - São características da relação jurídica eventual:

I - A descontinuidade, entendida como a não permanência em uma organização de trabalho com ânimo definitivo.

II - A impossibilidade de fixação jurídica a uma fonte de trabalho como consequência da descontinuidade e inconstância e da pluralidade de tomadores de serviços.

III - A curta duração de cada trabalho prestado.

IV - O não aproveitamento de atividade do trabalhador de forma constante, só fazendo de modo episódico.

Responda:

- a) Todas as opções acima atendem ao enunciado da questão;
- b) Somente a opção IV atende ao enunciado em questão;
- c) Somente a opção II não atende ao enunciado da questão;
- d) As opções I e II não atendem ao enunciado da questão, enquanto que as opções III e IV atendem ao enunciado da questão;
- e) Nenhuma das opções atende ao enunciado da questão.

06 – São princípios gerais do direito do trabalho:

- I - O princípio da condição mais benéfica.
- II - O princípio da razoabilidade.
- III - O princípio do contraditório.
- IV - O princípio da fungibilidade.

Responda:

- a) Todas as opções acima atendem ao enunciado da questão;
- b) Somente a opção I atende ao enunciado da questão;
- c) Somente a opção III não atende ao enunciado da questão;
- d) As opções I e II atendem ao enunciado da questão, enquanto que as opções III e IV não atendem ao enunciado da questão;
- e) Nenhuma das opções atende ao enunciado da questão.

07 - De acordo com o enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica em:

- a) Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial;
- b) Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e também do título executivo judicial;
- c) Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual;
- d) Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

08 - O art. 8º, da Consolidação da Leis do Trabalho, dispõe:

"As autoridades administrativas e a justiça do trabalho, na falta de disposições legais e contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público"

O texto, em sua literalidade, está:

- a) Declarando que os princípios gerais do direito do trabalho têm uma função integrativa do direito positivo e são aplicáveis nos casos de lacunas de legislação;
- b) Enumerando, taxativamente, as fontes formais do direito do trabalho;
- c) Delimitando a prevalência da analogia e da equidade sobre as fontes formais no texto previstas;
- d) Autorizando o uso dos princípios do direito do trabalho como meio de evitar e retificar os efeitos indesejáveis da lei trabalhista;
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

09 - Quanto a CTPS, é correto afirmar que:

I - Nas localidades onde não for emitida CTPS poderá ser admitido, até 30 dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo.

II - O empregador tem o prazo de 48 horas para anotar a CTPS, tendo idêntico prazo para devolvê-la ao empregado.

III - O valor probatório das anotações feitas na CTPS do empregado é *juris tantum*, sendo obrigatória também a sua anotação em caso de contrato de aprendizado.

IV - A prescrição para reclamar contra omissão ou qualquer anotação na CTPS é de 02 anos, a contar da extinção do contrato de trabalho.

- a) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;
- c) Estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV;
- d) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

10 - Empregado despedido sob a acusação de justa causa tem direito a indenização por dano moral:

- a) Só pelo fato da dispensa imotivada;
- b) Quando, além da dispensa, ficar provado que sofreu um dano moral;
- c) Sempre que a justa causa não ficar demonstrada;
- d) Pela perda, com a dispensa, do emprego;
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

11 - Tício trabalha, desde a admissão, para empresas do mesmo grupo econômico, exercendo suas atividades sempre no mesmo local. Às segundas, quartas e sextas-feiras, presta seus serviços para a empresa "A". Nas terças-feiras, trabalha meio expediente para a empresa "B" e meio expediente para a empresa "C". Às quintas-feiras é obrigado a trabalhar durante todo o expediente para a empresa "D". O seu contrato de trabalho é firmado apenas com a empresa "A".

Diante da questão acima, assinale a alternativa correta:

- a) Tício tem direito a pleitear salários de todas as empresas para as quais trabalha, tendo em vista que o seu contrato de trabalho foi firmado apenas com uma empresa;
- b) Tício tem direito de receber salários de todas as empresas, mas proporcionalmente ao tempo despendido em cada uma delas;
- c) Tício tem direito de receber, como extraordinárias, as horas trabalhadas para as demais empresas do grupo;
- d) O trabalho prestado às demais empresas do grupo é eventual, não podendo Tício delas exigir salários;
- e) Tício tem direito de receber salários somente da empresa "A" com a qual foi firmado o contrato de trabalho.

12 – Tício firma um contrato de experiência de 45 (quarenta e cinco) dias com a empresa "A". Ao término do prazo citado, a empresa "A" resolve prorrogar o contrato de experiência por mais 15 (quinze) dias e, ao término desse último prazo, a empresa "A" resolve prorrogar o contrato de experiência firmado, por mais 20 (vinte) dias.

Diante da hipótese formulada, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento da empresa é correto, tendo em vista que o contrato de experiência pode ser prorrogado até o limite de 90 (noventa) dias;
- b) O procedimento não é correto tendo em vista que não há possibilidade de prorrogação do contrato de experiência;
- c) O procedimento não está correto tendo em vista que o contrato de experiência não pode ser prorrogado mais de uma vez;
- d) O procedimento não está correto, tendo em vista que o contrato de experiência não pode ser prorrogado mais de 60 (sessenta) dias;
- e) O procedimento da empresa é correto porque ao contrato de experiência aplicam-se as regras do contrato a prazo.

13 - Tícia foi admitida como cozinheira para trabalhar num escritório de advocacia, de 2ª a 6ª feira apenas. Suas funções consistiam em cuidar da cozinha e da copa da casa em que funcionava o escritório, fazer compras e servir as refeições para os advogados e estagiários. A vinculação existente entre Tícia e o tomador de serviços era de:

- a) Contrato de trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) Trabalho doméstico, nos termos da Lei nº 5.859, de 11.12.72;
- c) Trabalho autônomo, porque a prestadora dos serviços não trabalhava todos os dias da semana, equiparando-se a situação da empregada diarista;
- d) Contrato de prestação de serviços, não regulado pela legislação do trabalho;
- e) Contrato de trabalho temporário, porque a prestação de serviços ocorria em apenas alguns dias da semana, descaracterizando o contrato de trabalho típico.

14 - Tício, no sétimo ano de trabalho, não gozou as suas férias, integralmente, deixando um saldo de dez dias para ser gozado posteriormente. Acontece que, com dez anos de serviço, Tício foi despedido sem ter podido afastar-se do trabalho para gozo daquelas férias incompletas.

Diante da questão acima, assinale a alternativa correta:

- a) Tício não tem mais direito ao recebimento do saldo daquelas férias;
- b) Tício deverá receber os valores do saldo de férias com o salário da época, acrescido da correção monetária e dos juros;
- c) Tício deverá receber a totalidade do período de férias;
- d) Tício deverá receber o saldo de férias em dobro, com o salário da época de rescisão do contrato;
- e) Tício deverá receber o saldo de férias, de forma simples, com o salário da época de rescisão do contrato.

15 - Considerando o instituto da sucessão trabalhista, aponte abaixo a assertiva correta:

- a) Verificando-se a ocorrência da chamada sucessão trabalhista, sem que reste materializada hipótese de fraude, a empresa sucedida responde pelo passivo advindo da relação de emprego;
- b) A caracterização da sucessão trabalhista requer que um estabelecimento, como unidade econômica-jurídica, passe de um para outro titular, independentemente da continuidade na prestação de serviços;
- c) Na ocorrência da chamada sucessão trabalhista, sem que reste materializada hipótese de fraude, a empresa sucessora responde pelo passivo advindo da relação de emprego, sem se cogitar a existência de solidariedade entre esta e a sucedida;
- d) A sucessão trabalhista deflui do próprio princípio da despersonalização da pessoa do empregado na relação empregatícia;
- e) NDA.

16 - Sabendo-se que o direito subjetivo se decompõe em três elementos fundamentais - sujeito, objeto e relação jurídica - podemos afirmar:

I - Sujeito é o titular do direito, aquele a quem a ordem jurídica assegura a faculdade de agir; sendo o direito um poder de vontade, não se pode admitir a sua existência com abstração do sujeito.

II - O objeto de direito subjetivo é o bem jurídico sobre o qual o sujeito exerce o poder assegurado pela ordem legal; tanto quanto o sujeito, o objeto é indispensável à noção de direito.

III - A relação jurídica traduz o poder de realização do direito subjetivo e contém a sua essência; é o vínculo que impõe a submissão do objeto ao sujeito.

IV - Corre a idéia do direito subjetivo define-se ainda a do dever jurídico, a concepção do poder jurídico, a concepção do poder jurídico não está completa sem a correspondência de um dever.

Responda:

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente a assertiva I está incorreta;
- c) Somente a assertiva I e II estão incorretas e as assertivas III e IV estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está incorreta;
- e) NDA.

17 - Examine as proposições abaixo e responda:

I - Para os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 01 (uma) hora 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um intervalo de 20 (vinte) minutos de repouso, computando esse intervalo na jornada de trabalho.

II - Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72, da CLT, equiparam-se aos trabalhadores de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

III - No trabalho em minas e subsolo, em cada período de 03 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal do trabalho efetivo.

IV - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 02 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, podendo o período, se necessário, ser dilatado, a critério da autoridade competente.

- a) Todas as afirmativas estão corretas;
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas;
- c) Apenas as afirmativas II e IV são corretas;
- d) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas;
- e) NDA.

18- Tício trabalhava em uma empresa situada à 3 (três) km de sua residência. Os primeiros 2 (dois) quilômetros Tício percorria em ônibus de linha regular. Mas os últimos 1.000 (mil) metros eram percorridos em condução fornecida pela empresa pelo fato de não haver condição de chegar ao local de trabalho, em ônibus comum. Agora Tício foi despedido e consulta um advogado com a finalidade de ingressar em juízo buscando receber as horas "in itinere".

Diante da hipótese formulada, assinale a alternativa correta:

- a) Tício terá direito de receber relativamente ao período não prescrito as horas "in itinere" de todo o tempo gasto para chegar ao seu local de trabalho;
- b) Tício terá direito de receber todo o tempo de percurso, de ida e volta, tendo em vista que há incompatibilidade do transporte com o local de trabalho do mesmo;
- c) Tício terá direito de receber apenas o período de percurso feito em condução fornecida pela empresa;
- d) Tício não terá direito de receber as horas "in itinere" tendo em vista que a mera ineficiência do transporte não dá causa ao pagamento da verba;
- e) Tício não terá direito de receber as horas "in itinere" porque a insuficiência de transporte é parcial.

19 - Tício, empregado mensalista, recebia diárias para viagem. Não eram exigidas dele, entretanto, qualquer comprovante de despesas com alimentação e com hospedagem. As suas viagens se davam em 30% (trinta por cento) dos dias do mês e a sua diária representava metade do valor do salário-dia dele. Tício costumava viajar também aos sábados e domingos. Diante da hipótese formulada, assinale a alternativa correta:

- a) As diárias de viagem não serão integradas ao salário de Tício porque não há exigência de comprovação das despesas;
- b) As diárias de viagem não serão integradas ao salário de Tício porque o valor delas representa 50% (cinquenta por cento) do seu salário mensal;
- c) As diárias de viagem não serão integradas ao salário de Tício porque ele não viajava 50% (cinquenta por cento) dos dias do mês;
- d) As diárias de viagem integram o salário de Tício porque igual a 50% (cinquenta por cento) do seu salário-dia;
- e) Nenhuma das opções atende ao enunciado da questão.

20 - Acerca do aviso prévio podemos afirmar que:

I - Durante o prazo do aviso prévio cumprido pelo empregado, em razão de dispensa do empregador, haverá redução de 02 (duas) horas diárias na jornada de trabalho, facultando-se ao empregador optar pela dispensa do empregado, em 07 (sete) dias corridos, no final do respectivo período, sem prejuízo do salário integral.

II - É devido no contrato por prazo determinado quando contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, antes de findar o termo ajustado, desde que exercido tal direito por uma das partes.

III - O empregado faz jus nos casos de cessação do contrato de trabalho: sem justa causa, extinção do estabelecimento, falência da empresa e rescisão indireta.

IV - A gratificação semestral repercute no seu cálculo, conforme enunciado do TST.

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas;
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas;
- c) Apenas as afirmativas II e III são corretas;
- d) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas;
- e) Nenhuma das opções atende ao enunciado da questão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - O Direito Constitucional e o Direito Administrativo mantém estreita afinidade e íntimas relações. O Direito Constitucional se interessa pela. e pela.; já o Direito Administrativo cuida, tão-somente, da de modo a satisfazer as finalidades que lhe são constitucionalmente atribuídas.

- a) Estrutura estatal – atividade técnica; organização externa dos órgãos, de seu pessoal e do funcionamento de seus serviços;
- b) Atividade técnica – estrutura do pessoal; organização política, das normas coercitivas de conduta e do funcionamento dos Poderes constituídos;
- c) Estrutura estatal - instituição política do governo; organização interna dos órgãos da Administração, de seu pessoal e do funcionamento de seus serviços;
- d) Estrutura administrativa – atividade administrativa; organização externa dos órgãos, de seu pessoal e do funcionamento de seus serviços;
- e) Estrutura administrativa externa – instituição política do governo – atividade política do governo, dos órgãos independentes e do funcionamento dos serviços desconcentrados.

22 - Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () Entre as características presentes da Federação brasileira se inclui a soberania da União e o regime republicano.
- () Onde se adota o regime republicano há necessariamente três níveis de governo aos quais o acesso se dá sempre mediante eleições periódicas e os agentes políticos respondem pelos atos praticados no exercício de suas funções.
- () O território do Estado é elemento prescindível para demarcar a sua jurisdição.
- () A soberania é o atributo que se confere ao poder do Estado em virtude de ser ele juridicamente ilimitado. Mas, por sua vez a autonomia é a margem de discricção de que uma pessoa goza para decidir sobre os seus negócios, mas sempre delimitada essa margem pelo próprio direito.
- () Os imóveis urbanos que não cumprem a função social da propriedade podem ser desapropriados, mediante indenização em títulos públicos, a ser paga parceladamente em 20 anos.

- a) V – V – V – F - V
- b) F – F – V - V – F
- c) F – V – V – F – F
- d) F – F – F – V – F
- e) V – F – F – V - V

23 - O sistema adotado de controle de constitucionalidade pela Constituição da República Federativa do Brasil, temos que:

- a) Há somente uma forma de se proceder o exame de lei lesiva ao direito fundamental, que é através do método difuso;
- b) A Constituição Federal impede a plena possibilidade de o juiz de 1ª instância realizar o controle difuso de constitucionalidade;
- c) Qualquer lesão a direito fundamental pode provocar o exercício do controle de constitucionalidade difuso ou concentrado, perante qualquer juiz ou tribunal, e a respectiva decisão terá sempre efeito *erga omnes*;
- d) Todos os tribunais, na via difusa, podem declarar a inconstitucionalidade de atos do Poder Público, hipótese em que os efeitos desse pronunciamento será *erga omnes*, mas com eficácia *ex nunc*.;
- e) A forma de controle difusa ou aberta é também conhecida por via de exceção ou defesa, caracterizando pela permissão a todo e qualquer juiz realizar no caso concreto a análise sobre a compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição Federal.

24 - Sobre a Advocacia-Geral da União é incorreto afirmar que:

- a) É a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, em atos que são próprios do advogado;
- b) O chefe da Advocacia-Geral da União é o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre os advogados integrantes do quadro de carreira da Advocacia-Geral da União, desde que seja maior de trinta e cinco anos de idade e tenha notável saber jurídico e reputação ilibada;
- c) A competência para promover ação de execução da dívida ativa tributária não pertence à Advocacia-Geral da União e sim à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Dentre as atividades desenvolvidas pela Advocacia-Geral da União, compreende consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo;
- e) NDA.

25 - A propósito do Sistema Financeiro Nacional é correto afirmar que:

- a) Abrange as cooperativas de crédito;
- b) Não abrange as cooperativas de crédito, dada a sua natureza civil;
- c) Faz previsão expressa que taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% a. a. (doze por cento ao ano);
- d) Considera expressamente crime do colarinho branco, eventual afronta aos princípios da administração;
- e) NDA.

26 - Do Poder Constituinte marque a incorreta:

- a) O Poder Constituinte derivado subdivide-se em poder constituinte reformador e decorrente;
- b) Uma das formas de expressão do Poder Constituinte originário é a outorga;
- c) Uma das principais características do Poder Constituinte derivado reformador é a ilimitação;
- d) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade que o Estados-Membros têm de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal;
- e) NDA.

27 - Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de efetivo exercício;
- () É vedado aos juízes dedicar-se à atividade política-partidária;
- () A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente de República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Advogado-Geral da União;
- () Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, sendo um terço dentre advogados indicados em lista tríplice pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- () O controle externo a cargo do Tribunal de Contas da União, órgão do Poder Judiciário da União tem como objetivo a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da Administração direta e indireta federal

- a) V – F – V – F - V
- b) F – V – V – F – V
- c) V – V – F – V – F
- d) F – V – F – F – F
- e) V – F – V – V - F

28 - Considere-se as seguintes afirmações em relação as assertivas abaixo:

I – Pelo que se depreende do processo que culminou na promulgação da Carta Constitucional Brasileira, a sua classificação relativamente à origem é de forma outorgada.

II – A norma de eficácia limitada são aquelas que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas anunciados.

III – A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa e estado de sítio.

IV – A o Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União.

A esse respeito é correto o que se afirma somente em:

- a) I e IV;
- b) I e II;
- c) III;
- d) II e IV;
- e) II

DIREITO CIVIL

29 – Dadas as proposições, assinale a alternativa correta.

I – Os tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios poderão dar em comodato os bens confiados à sua guarda, se o contrário não for expressamente estipulado.

II – O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

III – O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário.

IV – O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização do responsável, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.

- a) Apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas;
- d) Apenas as proposições I e IV estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

30 – Dadas as proposições, assinale a alternativa correta.

I – A transação interpreta-se restritivamente podendo-se por ela transmitir direitos e obrigações.

II – Se firmada a transação entre um dos credores solidários e o devedor, extingue a obrigação deste para com os outros credores.

III – Sendo nula alguma das cláusulas da transação, a nulidade alcança apenas a essa, subsistindo as demais cláusulas, desde que sem vícios.

IV – O erro de direito a respeito das questões que forem objeto de controvérsia entre as partes, é motivo para se anular a transação.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Nenhuma das proposições está correta;
- c) Apenas uma proposição está correta;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas três proposições estão corretas.

31 – Dadas as proposições, assinale abaixo a alternativa correta:

I – A nulidade absoluta, quando declarada, faz cessar qualquer efeito do negócio jurídico, a partir da declaração.

II – Negócio viciado por erro, dolo ou coação não é nulo, e sim anulável, mas a declaração judicial de ineficácia do ato jurídico opera *ex nunc*.

III – O negócio jurídico pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro. É escusada, porém, a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

IV – O menor relativamente incapaz pratica ato anulável, quando não autorizado ou assistido, mesmo que tenha agido enganando a outrem, tendo em vista a proteção que o direito dá ao incapaz.

- a) Incorretas as proposições III e IV;
- b) Corretas as proposições I, II e III;
- c) Incorretas as proposições I, II e III;
- d) Corretas as proposições II e III;
- e) Incorretas as proposições I, III e IV.

32 – Determinado credor tem entre os devedores solidários o seu irmão. Em tendo renunciado à solidariedade em favor do seu irmão, indicar a alternativa correta:

- a) Poderá renunciar à solidariedade em favor de qualquer devedor;
- b) Não poderá renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores, já que prejudicará os demais;
- c) Somente poderá renunciar à solidariedade em favor de todos os devedores;
- d) Somente poderá renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores, se todos os demais devedores concordarem;
- e) Por ser irmão do devedor, o credor está impedido de renunciar à solidariedade em seu favor.

33 – “A” adquire de “B” uma vaca de raça simental, a qual lhe seria entregue 90 dias após o pagamento do valor combinado. Efetuado o pagamento, verificou-se, posteriormente, que a mencionada vaca ficou prenha, razão pela qual o devedor pretende que seja o preço reajustado em mais 20% (vinte por cento):

- a) A pretensão não tem fundamento, posto que o acessório segue o principal;
- b) A exigência se traduz em descumprimento da obrigação de entrega de coisa certa, podendo resolver-se em perdas e danos;
- c) A exigência fere o ato jurídico perfeito, já que, com o pagamento realizado, o negócio já havia se perfectibilizado;
- d) Até a tradição, a coisa pertence ao devedor com todos os seus melhoramentos e acréscimos pelos quais poderá exigir aumento do preço;
- e) Razão teria o devedor se essa circunstância houvesse constado do contrato.

34 – A respeito dos atos jurídicos pode-se afirmar que:

I – A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

II – A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

III – São anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

IV – O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

Agora, escolha a alternativa correta:

- a) Estão corretas as proposições I, II e IV;
- b) Estão corretas as proposições I, III e IV;
- c) Estão corretas as proposições II, III e IV;
- d) Estão corretas as proposições I, II e III;
- e) Todas as proposições estão corretas.

35 – Diante das proposições, aponte abaixo a alternativa certa:

I – As obrigações de dar são quase todas divisíveis, entretanto, em relação à constituição das servidões prediais se dá sua indivisibilidade, por disposição legal.

II – Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida. Considera-se, porém, inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.

III – Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

IV – As obrigações solidárias decorrentes de ato ilícito não são indivisíveis, porque se tiver mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação.

- a) Estão corretas as proposições I, II e IV;
- b) Estão corretas as proposições I, III e IV;
- c) Estão corretas as proposições II, III e IV;
- d) Estão corretas as proposições I, II e III;
- e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

36 – Consoante entendimento sumulado pelo C. TST, leia as proposições e assinale a alternativa correta.

I – O termo inicial do prazo prescricional da ação de cumprimento de decisão normativa flui a partir da sua publicação.

II – Não torna suspeita a testemunha o simples fato de ter litigado contra o mesmo empregador. Porém, consitui óbice ao compromisso legal se o processo ainda estiver em andamento, em face do seu interesse na demanda.

III – É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, desde que observado o prazo quinquenal para o ajuizamento da ação, após o término do contrato de trabalho.

IV – A federação não tem legitimidade para ajuizar a ação de cumprimento prevista no art. 872, par. único, da CLT, na qualidade de substituto processual da categoria profissional inorganizada.

- a) Apenas as proposições II e III estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e IV estão corretas;
- c) Apenas a proposição I está correta;
- d) Apenas a proposição IV está correta;
- e) NDA.

37 – Dadas as proposições, assinale a alternativa correta.

I – No Processo do Trabalho o exequente está legalmente impedido de arrematar, podendo somente adjudicar os bens levados à hasta pública.

II – O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. Se o arrematante ou seu fiador não pagar dentro de 24 horas o preço da arrematação, esta será desfeita, perderá em benefício da execução o sinal dado, além de pagar a multa de 20%, sobre o valor do bem arrematado, por litigância de má-fé.

III – Na execução por prestações sucessivas, por prazo determinado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso da execução.

IV – Sendo ilíquida a sentença exequenda, o juiz ordenará a sua liquidação. Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada, sob pena de preclusão.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Nenhuma das proposições está correta;
- c) Apenas uma proposição está correta;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas três proposições estão corretas.

38 – Na audiência de continuidade, chamada de instrução e julgamento, constatada a ausência de ambas as partes, consequência:

- a) Arquivamento da Ação Trabalhista;
- b) Aplicação da revelia para a reclamada;
- c) Condução coercitiva das partes, já que se obrigaram a comparecer à audiência;
- d) Julgamento no estado em que se encontra o processo, com os efeitos da confissão ficta para ambos;
- e) O juiz deverá aguardar a manifestação das partes, ficando suspenso o processo.

39 – Dadas as proposições, assinale abaixo a alternativa correta:

I – O agravo de petição somente será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e valores impugnados, sendo recebido apenas no efeito devolutivo.

II – A interposição de recurso extraordinário para o STF não se constitui em óbice para a continuidade da execução.

III – Quando o valor fixado para a causa não exceder de duas vezes o salário mínimo vigente, nenhum recurso caberá da sentença proferida na fase de conhecimento, salvo os Embargos de Declaração e o Recurso Extraordinário, quando envolver matéria constitucional.

IV – Fixado o valor da causa pelo juiz, qualquer das partes poderá, em razões finais, impugnar o valor fixado e, se o juiz o mantiver, é cabível o pedido de revisão, no prazo de 48 horas, dirigido ao Presidente do Tribunal Regional respectivo.

- a) Incorretas as proposições III e IV;
- b) Corretas as proposições I, II e III;
- c) Incorretas as proposições I, II e III;
- d) Corretas as proposições II e III;
- e) Todas as proposições estão corretas.

40 – Determinado sindicato propôs ação de cumprimento contra a empresa “X”. Na defesa a ré reconheceu o direito do autor, porém, requereu a compensação, haja vista a existência de dívida do sindicato para com a empresa. Diante da questão, é correto o seguinte desate para o caso:

- a) O pedido da ação de cumprimento é julgado procedente, indeferindo-se o pedido de compensação, tendo em vista a natureza jurídica da dívida;
- b) O pedido da ação de cumprimento é julgado procedente, deferindo-se o pedido de compensação, em face do princípio da economia processual, já que a dívida diz respeito às próprias partes;
- c) O pedido da ação de cumprimento é julgado procedente, deferindo-se a compensação, tendo em vista a natureza jurídica da dívida;
- d) O processo é extinto sem apreciação do mérito, de ofício, eis que o sindicato é parte ilegítima para figurar no pólo ativo da lide;
- e) O pedido da ação de cumprimento é julgado improcedente, pois, deferido o pedido de compensação, não haveria mais crédito em favor do sindicato autor.

41 – O Dissídio Coletivo:

- a) Pode ser requerido por associação operária não organizada em sindicato;
- b) Para a sua instauração basta deliberação da diretoria do ente sindical;
- c) Não pode ser movido contra empresa não integrada em órgão da categoria econômica;
- d) Tem por objetivo tutelar interesse abstrato da categoria;
- e) Na audiência designada pelo Presidente do TRT, deverão estar presentes as partes, sendo facultado ao empregador fazer-se representar pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio. Se ausente o empregador, será tido por revel e confesso.

42 – Relativamente à ação rescisória é correto afirmar:

- a) A rescisão da sentença fundada na alegação de concussão do juiz pressupõe, pelo menos, a preexistência de processo penal contra ele instaurado;
- b) O silêncio acerca de fato desfavorável relevante ou a abstenção de produzir prova capaz de beneficiar a parte contrária, imputadas à parte vencedora, tipificam dolo capaz de justificar a rescisão da sentença;
- c) Documento novo que autoriza a rescisão da sentença, é aquele constituído posteriormente à sentença rescindenda;
- d) É incabível a sua propositura com o objetivo de rescindir sentença terminativa;
- e) O erro de fato idôneo à rescisão da sentença pode ser demonstrado mediante a produção de novas provas na ação rescisória;

43 - Através de ação plúrima, 05 empregados de uma mesma empresa, ingressaram em juízo, pleiteando o pagamento das verbas rescisórias, motivado pelo despedimento injusto. Na audiência designada, 02 deles não compareceram, por motivo de doença, devidamente comprovado. Indicar a solução correta para a hipótese:

- a) Ausentes os empregados, a solução prevista no art. 844 da CLT, é o arquivamento do processo;
- b) O processo deverá ser desmembrado, arquivando-se quanto aos faltantes e prosseguindo-se quanto aos presentes;
- c) Não haverá arquivamento, uma vez que os ausentes poderão ser representados pelos colegas presentes;
- d) Não haverá arquivamento, aplicando-se os efeitos da confissão ficta aos ausentes e prosseguindo-se o feito, em relação aos presentes;
- e) NDA.

44 - O depósito recursal é exigível:

- a) Para a interposição de Embargos de Declaração pela reclamada;
- b) Para a interposição de Recurso Ordinário, pelo empregado, quando condenado ao pagamento dos honorários periciais;
- c) Para a interposição de Recurso Ordinário, pela reclamada, quando fundação pública;
- d) Para a interposição de Recurso Ordinário, pela reclamada, quando condenada a entregar as guias do seguro-desemprego ao ex-empregado;
- e) NDA.

45 - Em relação a um dos requisitos da petição inicial, diz a lei que bastará “uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio”. Com isso, pode o autor, por exemplo, ajuizar ação contra o seu ex-empregador sob o argumento de haver sido dispensado injusta e arbitrariamente, culminando com pedido de reintegração no emprego. No caso presente:

- a) A informalidade do processo trabalhista dispensa maiores explicações, podendo, a razão do pedido, ser esclarecida durante a instrução processual;
- b) O processo trabalhista não exige a indicação de fundamento jurídico, em razão do *jus postulandi* das partes;
- c) O fundamento legal, que nada mais é do que o fundamento jurídico, é dispensável no processo trabalhista, em face da informalidade;
- d) O processo do trabalho, embora formal, dispensa o fundamento legal, mas não prescinde do fundamento jurídico;
- e) NDA.

46 - Aponte a alternativa certa:

- a) Como a reconvenção é uma ação distinta da reclamação, ela deve ser apresentada, nos termos da legislação civil, na prazo da defesa, que é de 15 dias;
- b) Em ação de consignação em pagamento não pode ser admitida a reconvenção porque, nesta situação, o empregado aproveitaria a iniciativa do empregador para fazer a sua reclamação. Além do mais, os ritos da ação de consignação e reconvenção são distintos e incompatíveis entre si;
- c) Tratando-se a reconvenção de uma nova ação, deverá o Juiz conceder prazo ao reconvindo para contestá-la. Como no processo do trabalho a defesa é apresentada em audiência, oferecida a reconvenção, deverá ser designada nova audiência para o recebimento da resposta à reconvenção;
- d) A reconvenção é uma espécie de compensação, que pode ser utilizada pela parte ré indistintamente, já que ambas geram os mesmos efeitos. A única diferença existente é que a compensação fica limitada ao valor do salário do empregado e a reconvenção não sofre essa limitação;
- e) NDA.

47 - Diante das proposições dadas, identificar as falsas (F) e as verdadeira (V), apontando abaixo a alternativa correta:

I) - Por ser terminativa na jurisdição trabalhista, a decisão que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria, comporta recurso ordinário de imediato;

II) - Não comporta qualquer recurso de imediato, a decisão que rejeitar a exceção de incompetência “em razão do lugar”;

III) - A competência para julgar os litígios, decorrentes da relação de trabalho, entre os servidores e a administração pública, com base no estatuto respectivo, é da Justiça Comum Estadual ou Federal, dependendo da lotação do servidor;

IV) - A intimação da sentença foi entregue à parte, no sábado, pelo correio. O primeiro dia da contagem do prazo recursal será a segunda-feira, desde que dia útil;

V) - No Processo do Trabalho o juiz que dirigiu a audiência de instrução e julgamento deverá proferir a sentença, salvo no caso de morte ou aposentadoria.

- a) V, V, V, F, F;
- b) F, V, V, V, V;
- c) V, F, F, F, V;
- d) V, V, V, V, V;
- e) F, V, V, V, F;

48 - Em se tratando de insalubridade, pode-se afirmar:

I) - nas ações referentes à insalubridade, mesmo quando revel e confesso o réu, é essencial, por exigência da lei, a realização de perícia, pois, sem esta, não se pode afirmar a sua existência, e muito menos, o grau respectivo;

II) - o juiz, diante do princípio da persuasão racional, adotado pela legislação processual pátria, não fica adstrito ao laudo pericial, podendo analisar a prova pericial livremente e julgar a lide contrariamente à conclusão do perito, desde que a fundamentar;

III) - a responsabilidade pelo pagamento dos honorários do perito e dos assistentes técnicos, é da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia;

IV) - havendo revelia e confissão ficta, desnecessária é a perícia, pois os fatos afirmados por uma parte e confessados pela outra independe de prova;

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- b) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
- c) Apenas as alternativas II e IV estão corretas;
- d) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas;
- e) Apenas as alternativas III e IV estão corretas;

49 - "A" propôs Ação Trabalhista contra "B", alegando que fora contratado na matriz da empresa, em Rondonópolis, para a construção de uma calçada, na filial de Cuiabá. Enfatizou na petição inicial, que trabalhou 10 dias para concluir os serviços, alcançando 100 m² (20 metros de comprimento por 5 metros de largura), ao preço de R\$ 50,00 o metro quadrado e que não recebeu, ao final da obra, o valor combinado.

Com base na hipótese aventada, aponte a alternativa correta:

- a) É competente, originalmente, a Vara do Trabalho de Rondonópolis;
- b) É competente, originalmente, uma das Vara do Trabalho de Cuiabá;
- c) São competentes, originalmente, as Varas do Trabalho de Rondonópolis e Cuiabá, a escolha do autor;
- d) A competência é absoluta de uma das Vara do Trabalho de Cuiabá;
- e) A Justiça do Trabalho é incompetente materialmente para julgar o litígio, visto que a hipótese não é de uma relação empregatícia;

50 - Em relação aos recursos cabíveis no Processo do Trabalho:

- a) Das sentenças terminativas do feito proferidas em 1ª instância, nestas incluídas a ação rescisória e o mandado de segurança, comportam recurso ordinário;
- b) Comporta recurso ordinário, somente das sentenças terminativas do feito proferidas nas Varas do Trabalho;
- c) Das decisões em mandado de segurança e ação rescisória, pelo TRT, comportam recurso de revista para o TST;
- d) Comporta recurso ordinário, das decisões definitivas do feito proferidas nas Varas do Trabalho, pois das decisões que não apreciam o mérito, não comportam nenhum recurso, diante do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias;
- e) Em mandado de segurança e ação rescisória, em face da previsão do CPC, o recurso cabível é a apelação.